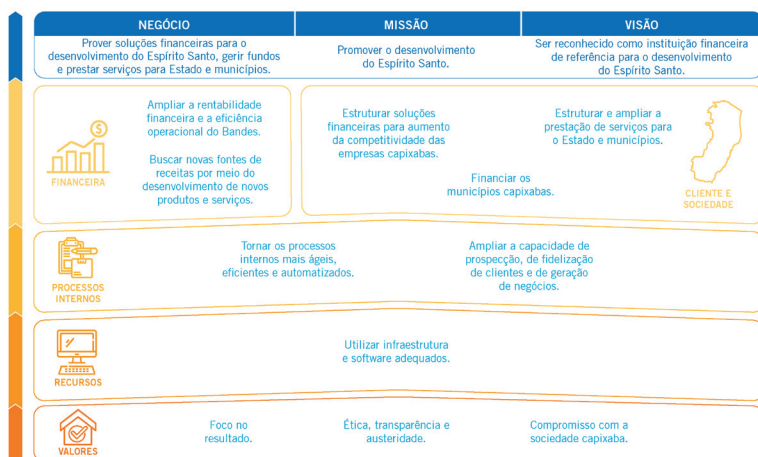


DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial, aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação do seu Conselho de Administração (CONAD) este Relatório de Administração referente ao primeiro semestre de 2021 – acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

1. A Empresa

O BANDES é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico (SECTIDES), sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário. O negócio do banco é prover soluções financeiras para o desenvolvimento do Espírito Santo, gerir fundos e prestar serviços para Estado e municípios. Possui a missão de promover o desenvolvimento do Espírito Santo.


2. Finanças

O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 282,3 milhões, aumento de 4,7% em relação a dezembro de 2020, em função do Resultado Líquido positivo obtido no ano de 2020 e no 1º semestre de 2021.

No primeiro semestre, o BANDES registrou lucro líquido de R\$ 14,7 milhões, decorrente, sobretudo, do aumento de rendas de Operações de Crédito e de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo.

Mesmo com o cenário de crise econômica causado pela pandemia, a inadimplência da Carteira de Crédito do BANDES caiu de 9,7%, em junho/2020, para 5,8% no mesmo mês de 2021. Com a situação posta, a instituição se utilizou dos meios disponíveis e necessários como: postergação da data de vencimento de parcelas, renegociações e baixa de operações em prejuízo, tendo conseguido não só conter o avanço do número de negativados, como revertê-lo.

Vale destacar o esforço do BANDES na renegociação e na recuperação de créditos vencidos. O banco encerrou o 1º semestre com 34% do saldo da carteira ativa renegociado. O valor recuperado neste semestre de 2021 supera o montante de recuperações de crédito do mesmo período de 2020 e 2019, em 44% e 61%, respectivamente.

Por fim, na perspectiva financeira, o BANDES encerra o primeiro semestre de 2021 com a rentabilidade líquida das aplicações financeiras dos seus recursos próprios em 207,24% do CDI. O resultado foi obtido através de uma gestão mais ativa da carteira, com marcação a mercado dos títulos públicos e alteração na forma de classificar instituições financeiras.

3. Clientes e Sociedade

No primeiro semestre de 2021, o investimento total liberado alcançou R\$ 424,38 milhões – valor 14,5% superior ao verificado em junho/2020, compreendendo:

- R\$ 41,44 milhões em operações de crédito com risco do BANDES;
- R\$ 338,61 milhões em operações de crédito com risco de fundos, inclusive FUNDAP;
- R\$ 44,32 milhões em liberações vinculadas a serviços prestados ao Programa Reflorestar, FUNCITEC e Fundação Renova / Saneamento Prefeituras.

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o primeiro semestre de 2021 totalizando R\$ 701,6 milhões, retração de 9,9% em relação a dezembro de 2020, em função da aceleração de créditos inscritos em prejuízo. Vale frisar que as diretrizes para a diversificação dessa carteira vêm colhendo resultados positivos: por exemplo, menos de 1% do total de créditos liberados neste semestre foi para a atividade agrícola (que representa cerca de 50,9% da Carteira de Crédito do

banco) e o restante desse montante foi para setores como comércio, serviços, indústria e administração pública.

Destaca-se a criação pelo governo estadual do Fundo de Proteção ao Emprego, sob a gestão do BANDES, cujo objetivo é prover recursos para garantir o acesso facilitado ao crédito, por meio de financiamentos para pessoas jurídicas de direito privado afetadas pela crise econômica e de saúde pública decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

O empenho do BANDES no apoio às empresas afetadas pela crise sanitária começou em 2020. Desde o início da pandemia até o momento foram liberados cerca de R\$ 210 milhões.

No primeiro semestre de 2021 o BANDES publicou a 1ª Chamada Pública de seleção de Fundo e Gestor para um FIP Multiestratégia com recursos do Fundo Soberano do ES, em que o BANDES é seu banco operador.

4. Gestão de Riscos

A Carteira de Crédito do BANDES encerrou o primeiro semestre totalizando R\$ 701,6 milhões, sendo composta por 76,5% de contratos classificados nos níveis de risco AA-C. A inadimplência acima de 90 dias encerrou o semestre em 5,8% e o risco médio da Carteira, indicador que relaciona o saldo de provisão com a carteira de crédito, foi de 17,6%.

Em relação à participação das atividades econômicas na Carteira de Crédito Total, merece destaque a redução contínua da participação da cultura de café: de 37,6% em junho de 2020 para 27,3% em junho de 2021.

5. Pessoas e Recursos

O Banco encerrou o primeiro semestre de 2021 com 161 colaboradores (inclusive diretores) e 52 estagiários.

Em função da pandemia, o Banco permaneceu com a maior parte de sua equipe em teletrabalho emergencial, com o objetivo de preservar a saúde de seus colaboradores. Para aqueles em atividades presenciais foram reforçados os cuidados nas instalações, com adoção de protocolos de prevenção à COVID-19, distanciamento entre as estações de trabalho e reuniões realizadas prioritariamente de forma virtual.

Os colaboradores do BANDES participaram do projeto “Servidores Solidários” do Governo do Estado e da “Kombi Fraterna”, que dá assistência aos moradores de rua por meio de doações. Essa é uma das ações do Programa BANDES Viva Bem 2021.

6. Principais Indicadores de Desempenho

INDICADORES	2020/1	2021/1	Variação %
1. Investimento Total Liberado (R\$ mil)	372.326	424.383	14
2. Nº de contratos ativos	29.408	23.732	(19,3)
3. Nº de clientes ativos	18.871	14.997	(20,6)
4. Lucro Líquido (R\$ mil)	11.783	14.724	24,9
5. Índice de Inadimplência (Atraso a partir de 90 dias/ Saldo da Carteira) (%)	9,7	5,8	(40)
6. Despesa líquida de PCLD (R\$ mil)	(12.848)	(14.158)	10,2
	2020	2021/1	Variação %
7. Saldo de Operações de Crédito (R\$ mil)	778.699	701.601	(9,9)
8. Patrimônio Líquido (R\$ mil)	269.628	282.275	4,7

7. Notas

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável – uma construção coletiva – aconteça.

Por fim, e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

Vitória – ES, 19 de agosto de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

A T I V O	Nota	06.2021	12.2020	P A S S I V O	Nota	06.2021	12.2020
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	867	1.345	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS		822.349	765.737
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.244.691	1.200.049	Instituições Financeiras	14	443.391	511.012
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	345.277	197.480	Outros Clientes	15	121.493	111.870
Títulos e Valores Mobiliários	6	187.877	218.358	Outros Instrumentos Financeiros Passivos	16	257.465	142.855
Operações de Crédito	7	701.601	778.699	PROVISÕES		28.600	23.132
Outros Instrumentos Financeiros	8	9.936	5.512	Contingências	17	28.600	23.132
(-) PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	7.e	(122.143)	(144.886)	OUTROS PASSIVOS		27.443	34.486
OUTROS CRÉDITOS	9	26.428	26.422	Outros Passivos	18	27.443	34.486
INVESTIMENTOS	10	38	38	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	282.275	269.628
IMOBILIZADO DE USO	11	14.597	14.036	Capital Social:			
INTANGÍVEL	12	54.291	53.498	- De Domiciliados no País		439.371	439.371
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	13	(58.102)	(57.519)	Reserva de Capital		-	-
TOTAL DO ATIVO		1.160.667	1.092.983	Outros Resultados Abrangentes		(2.322)	(119)
				Lucros ou Prejuízos Acumulados		(140.697)	(155.547)
				(Ações em Tesouraria)		(14.077)	(14.077)
				TOTAL DO PASSIVO		1.160.667	1.092.983

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DESCRIÇÃO DA CONTA	Nota	06.2021	06.2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		55.515	48.877
Operações de Crédito		42.337	35.938
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		13.178	12.939
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(22.503)	(21.447)
Operações de Captação no Mercado		(1.220)	(706)
Operações de Empréstimos e Repasses		(7.125)	(7.893)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		(14.158)	(12.848)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		33.012	27.430
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(19.449)	(15.486)
Receitas de Prestação de Serviços	32.b	7.076	6.017
Rendas de Tarifas Bancárias		1.750	1.341
Despesas de Pessoal	32.c	(17.708)	(17.747)
Outras Despesas Administrativas	32.d	(4.875)	(4.212)
Despesas Tributárias	32.e	(2.273)	(2.120)
Outras Receitas Operacionais	32.f	2.513	2.418
Outras Despesas Operacionais	32.g	(5.932)	(1.183)
RESULTADO OPERACIONAL		13.563	11.944
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	32.h	1.161	(161)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		14.724	11.783
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.k	-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-
Ativo Fiscal Diferido		-	-
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		14.724	11.783
Lucro / Prejuízo por lote de mil ações - (em R\$)		0,51	0,41

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DESCRIÇÃO DA CONTA	06.2021	06.2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	14.724	11.783
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.	(2.203)	(712)
Ganho (Perda) não realizado em ativos financeiros disponíveis para venda	(2.203)	(712)
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	(4.003)	(1.038)
Impostos sobre valor justo	1.800	326
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	12.521	11.071

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA				
SALDO EM 31/12/2019 (Representado)	419.219	-	11.639	-	-	1.694	(195.478)	(14.077)	222.997
Aumento de capital	-	20.152	-	-	-	-	-	-	20.152
Dividendos / JCP Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(712)	-	-	(712)
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	11.783	-	11.783
SALDO EM 30/06/2020	419.219	20.152	11.639	-	-	982	(183.695)	(14.077)	254.220
Mutações do período	-	20.152	-	-	-	(712)	11.783	-	31.223
SALDO EM 31/12/2020	439.371	-	-	-	-	(119)	(155.547)	(14.077)	269.628
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos / JCP Prescritos	-	-	-	-	-	-	126	-	126
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	(2.203)	-	-	(2.203)
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	14.724	-	14.724
SALDO EM 30/06/2021	439.371	-	-	-	-	(2.322)	(140.697)	(14.077)	282.275
Mutações do período	-	-	-	-	-	(2.203)	14.850	-	12.647

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

	06.2021	06.2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL	14.724	11.783
Ajustes ao Lucro Líquido		
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Ativo Fiscal Diferido	-	-
Depreciações e Amortizações	582	665
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Líquida)	14.158	12.848
Provisão para Perdas/Desvalorizações	10	282
Provisão para Contingências Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	3.180	1.072
Provisão para Multas por Inadimplência Técnica	2.725	-
Reversão de Provisões	(1.131)	(696)
Prejuízo em Transação com Valores e Bens (Permanente)	367	490
Ajuste a Valor de Mercado TVM	(2.202)	(712)
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	32.413	25.732
(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(147.798)	(48.919)
Títulos e Valores Mobiliários	30.481	(785)
Operações de Crédito	40.612	1.188
Outros Créditos	(4.887)	939
Outros Valores e Bens	868	316
Aumento (Redução) nos Passivos Operacionais		
Outras Obrigações	107.129	(26.328)
Depósitos	9.624	82.942
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(67.622)	(46.726)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	820	(11.641)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	766	717
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(836)	(8.073)
Alienação de Imobilizado de Uso	-	59
Inversões em Imobilizado de Uso	(560)	(91)
Inversões em Investimentos	-	-
Aplicação no Intangível	(793)	(1.009)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	(1.423)	(8.397)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de capital	-	20.152
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Prescritos	125	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS	125	20.152
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(478)	114
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS		
Início do Período	1.345	447
Fim do Período	867	561
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.	(478)	114

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações contábeis individuais do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em face do encerramento do 1º semestre de 2021.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES é uma entidade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo, com sede na Avenida Princesa Isabel, 54 – Edifício Caparaó, Centro – Vitória – ES.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), e estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, com abrangência sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, vigente a partir de 1º de janeiro de 2021, revogou a Circular BACEN nº 3.959/2019. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Na preparação destas demonstrações contábeis foi utilizada a base da continuidade operacional, que pressupõe que a entidade manterá suas ações e o cumprimento de suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios sociais. Em atendimento ao Art. 8º da Resolução CMN nº 4.818/2020, a Administração declara de forma explícita e sem reserva, que estas demonstrações contábeis estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, na reunião realizada em 19 de agosto de 2021.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

A apresentação destas demonstrações contábeis é efetuada em Reais (R\$), que é a moeda funcional do BANDES. Todos os valores estão expressos em milhares de Reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros. Os recursos são utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, seguindo o disposto na Circular BACEN nº 3.068/2001, em três categorias:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização;
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade

financeira para manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira dos títulos, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os títulos e valores mobiliários adquiridos no período são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com as diretrizes da Administração. Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular BACEN nº 3.068/2001, a reavaliação quanto à classificação somente é efetuada por ocasião dos balanços. A transferência da categoria “mantidos até o vencimento” para as demais, somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

- Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo);
- A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (*accruals*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), sendo que o reconhecimento em resultado somente ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações em atraso classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, descritos no item anterior.

A avaliação da Administração, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso, com contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme definido na Resolução CMN nº 2.682/1999, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
Sem atraso	AA
Até 14 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior à 180 dias	H

g) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. (Nota 9.2)

h) Permanente

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor. Subdivide-se em:

i. Investimentos - Estão representados em sua maioria por recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais; (Nota 10)

ii. Imobilizado - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear conforme taxas anuais estipuladas em função do tempo de vida útil econômica, como segue: edificações - 4% ao ano - 300 meses; aparelhagens, móveis e máquinas, sistemas de segurança - 10% ao ano - 120 meses; equipamentos de informática - 20% ao ano - 60 meses; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Os ganhos e as perdas na alienação do ativo imobilizado são reconhecidos em resultado não operacional;

iii. Intangível - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens incorpóreos, adquiridos ou gerados internamente, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído basicamente por gastos com desenvolvimento do sistema corporativo, por licenças e *softwares*, amortizados pelo método linear, ao longo da vida útil econômica do ativo, revisados internamente a cada período; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável. Os prazos médios de vida útil econômica e respectivas taxas de amortização aplicadas por grupos de ativos são: desenvolvimento/modernização *software* corporativo, aplicativo para celulares e site corporativo, 12 anos - 8,33% ao ano; demais *softwares* 60 meses - 20% ao ano.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, sendo:

i. Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

ii. Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados em notas explicativas;

iii. Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Tributos

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019. Adicionalmente, a referida alíquota da CSLL foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021), correspondendo a 25% neste período.

Para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS as alíquotas vigentes são 0,65% e 4%, respectivamente.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, e se constituídos, devem ser suportados por estudo de capacidade de realização.

k) Outros ativos e passivos

Os outros ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pro rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata die*).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão. São compostos por eventos que originam ajustes, que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis, e eventos que não originam ajustes, isto é, evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não foram identificados eventos subsequentes que gerariam ajustes nas demonstrações contábeis.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda ao valor de recuperação.

No semestre não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do período.

n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34, inciso V, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. A norma define como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 30.m.

o) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis são requeridas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração estão detalhados abaixo:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000 do CMN. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota explicativa 07;

b) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 17;

c) Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

d) Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo;

e) Mensuração dos efeitos decorrentes da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis e impactos no BANDES: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da COVID-19 sobre as Demonstrações Contábeis deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do balanço que foram afetadas.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	06.2021	12.2020
Moeda Nacional (caixa)	1	-
Moeda Nacional (depósitos bancários)	866	1.345
Disponibilidades	867	1.345
Depósitos Interfinanceiros *	87.871	88.194
Aplicações no Mercado Aberto*	257.406	109.286
Total – Circulante	346.144	198.825

* Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	R\$ mil			
	Prazo de vencimento			
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos Interfinanceiros (1)				
Empresas Ligadas (Banestes S/A)	500	-	-	500
Empresas Não Ligadas	25.833	35.112	26.426	87.371
Aplicações no Mercado Aberto (2)	257.406	-	-	257.406
Total junho de 2021	283.739	35.112	26.426	345.277
Total dezembro de 2020	118.875	10.072	68.533	197.480

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Resumo da Carteira por Categorias

	R\$ mil			
			06.2021	12.2020
	Custo Amortizado/Contábil	Ajuste ao valor de mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	67.516	(4.221)	63.295	52.492
Títulos Públicos	61.023	(4.325)	56.698	52.492
Títulos Privados	6.493	104	6.597	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	124.582	-	124.582	165.866
Títulos Públicos	67.545	-	67.545	65.066
Títulos Privados	57.037	-	57.037	100.800
Total	192.098	(4.221)	187.877	218.358

Títulos públicos federais: Letras Financeiras do Tesouro – LFT; Notas do Tesouro Nacional – NTN e Letras do Tesouro Nacional LTN – custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor de mercado dos títulos NTN e LTN são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgados pela ANBIMA.

Títulos privados: Letras Financeiras – LF; Fundo Garantidor de Investimentos – FGI e CRIATEC 3 – FIP.

b) Títulos Mantidos até o Vencimento

	R\$ mil				
				06.2021	12.2020
TVM	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo Amortizado/Contábil	Custo Amortizado/Contábil
Títulos Mantidos até o Vencimento					
LFT	-	27.536	-	27.536	27.191
NTN	-	-	40.009	40.009	37.875
LF	17.004	14.058	25.975	57.037	96.015
FGI	-	-	-	-	100
CRIATEC 3	-	-	-	-	4.685
Total	17.003	41.594	65.984	124.582	165.866

c) Títulos Disponíveis para Venda

	R\$ mil								
				06.2021			12.2020		
TVM	01 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo Amortizado/Contábil	Ajuste ao valor de mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor de Mercado	Custo Amortizado/Contábil	Ajuste ao valor de mercado refletido no Patrimônio Líquido	Valor de Mercado
LTN	5.785	-	-	6.045	(260)	5.785	5.874	118	5.992
NTN	50.913	-	-	50.978	(4.065)	50.913	46.835	(335)	46.500
CRIATEC 3	6.469	-	-	6.393	76	6.469	-	-	-
FGI	128	-	-	100	28	128	-	-	-
Total	63.295	-	-	67.516	(4.221)	63.295	52.709	(217)	52.492

d) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No semestre foi realizada a reclassificação contábil dos investimentos CRIATEC 3 Fundo de Investimento em Participação – FIP e Fundo Garantidor para Investimentos – FGI, da categoria Mantido até o Vencimento para a categoria Disponível para Venda, para enquadramento às determinações da Circular nº 3.608/2001.

	R\$ mil				
	Reclassificação entre categorias em 30/06/2021				
	De: Mantidos até o Vencimento - Para: Disponível para Venda				
	MAV (1)	DPV (2)	Ajuste Bruto	Impostos	Ajuste no Patrimônio após Impostos
FGI	-	100	28	(13)	15
CRIATEC 3 FIP	-	6.393	76	(34)	42
Total	-	6.493	104	(47)	57

(1) MAV – Mantido até o Vencimento

(2) DPV – Disponível para Venda

e) Conciliação dos Valores Classificados na Categoria DPV

	R\$ mil
Ganhos e perdas realizados / não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria DPV	
(=) Ajustes líquidos de efeitos tributários em 30/06/2020.	982
(+) Ganhos/perdas não realizadas em reclassificações da categoria MAV para DPV no período.	-
(+) Ganhos não realizados nos demais títulos classificados na categoria DPV.	8.841
(+) Perdas não realizadas nos demais títulos classificados na categoria DPV.	(5.556)
(+) Ganhos realizados e transferidos para resultado.	(5.287)
(=) Ajustes antes dos efeitos tributários em 31/12/2020.	(1.020)
(-) Efeitos tributários.	901
(=) Ajustes líquidos de efeitos tributários em 31/12/2020.	(119)
(+) Ganhos/perdas não realizados em reclassificações da categoria MAV para DPV no período.	105
(+) Ganhos não realizados nos demais títulos classificados na categoria DPV.	219
(+) Perdas não realizadas nos demais títulos classificados na categoria DPV.	(4.327)
(+) Ganhos realizados e transferidos para resultado.	-
(=) Ajustes antes dos efeitos tributários em 30/06/2021.	(4.122)
(-) Efeitos tributários	1.800
(=) Ajustes líquidos de efeitos tributários em 30/06/2021.	(2.322)

**NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS
COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

a) Carteira de crédito por tipo de operação

	06.2021		12.2020	
		%		%
Empréstimos	98.322	14	113.945	14
Financiamentos (inclusive agroindustriais)	209.036	30	185.185	24
Financiamentos rurais	352.595	50	433.291	56
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento	34.978	5	39.981	5
Subtotal	694.931	99	772.402	99
Devedores por compra de valores e bens	6.670	1	6.297	1
Total das operações de créditos	701.601	100	778.699	100
Circulante	226.126		227.974	
Não Circulante	475.475		550.725	

b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	06.2021		12.2020	
		%		%
10 maiores devedores	144.184	21	137.733	18
50 seguintes maiores devedores	156.575	22	153.631	20
100 seguintes maiores devedores	53.712	8	55.873	7
Demais devedores	347.130	49	431.462	55
Total das operações de crédito	701.601	100	778.699	100
Circulante	226.126		227.974	
Não Circulante	475.475		550.725	

e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

Níveis Risco	% mínimo provisão	06.2021			12.2020		
		Curso normal	Anormal*	Total Geral	Provisão	Total Geral	Provisão
AA	-	50.658	-	50.658	-	37.786	-
A	0,5	278.259	-	278.259	(1.391)	339.870	(170)
B	1	165.121	3.345	168.466	(1.685)	175.021	(1.750)
C	3	33.553	5.817	39.370	(1.181)	28.707	(861)
D	10	3.778	3.683	7.461	(746)	8.752	(875)
E	30	2.330	4.408	6.738	(2.021)	9.748	(2.924)
F	50	50.445	8.151	58.596	(29.298)	75.947	(37.974)
G	70	10.729	5.189	15.918	(11.141)	12.667	(8.867)
H	100	40.849	35.286	76.135	(74.680)	90.201	(90.201)
Total		635.722	65.879	701.601	(122.143)	778.699	(144.886)
Circulante				226.126	(13.443)	227.974	(47.330)
Não Circulante				475.475	(108.700)	550.725	(97.556)

*Inclui parcelas de contratos vencidas e vincendas, com atraso superior a 15 dias.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	06.2021	12.2020
Saldos iniciais	(144.886)	(220.335)
Constituições Líquidas	(14.172)	(34.048)
Constituições	(16.407)	(63.234)
Reversões	2.235	29.186
Transferências para prejuízo	36.915	109.497
Saldos finais	(122.143)	(144.886)
Circulante	(13.443)	(47.330)
Não Circulante	(108.700)	(97.556)

c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	06.2021		12.2020	
		%		%
Parcelas vencidas a partir de 15 dias	19.190	3	25.136	3
A vencer	682.411	97	753.563	97
Até 3 meses	98.393	14	99.808	13
De 3 meses a 12 meses	187.655	27	195.124	25
Acima de 12 meses	396.363	56	458.631	59
Total das operações de crédito	701.601	100	778.699	100
Circulante	226.126		227.974	
Não Circulante	475.475		550.725	

d) Carteira de crédito por setor de atividade

	06.2021		12.2020	
		%		%
Setor privado	666.623	95	738.718	95
Pessoa Jurídica				
Rural	74.244	10	81.096	11
Indústria	101.914	14	103.058	13
Comércio	67.230	10	71.549	9
Outros serviços	138.249	20	125.793	16
Pessoa Física				
Rural	284.986	41	357.222	46
Setor público	34.978	5	39.981	5
Administração direta municipal	34.978	5	39.981	5
Total das operações de crédito	701.601	100	778.699	100
Circulante	226.126		227.974	
Não Circulante	475.475		550.725	

g) Créditos renegociados, lançados a prejuízos e recuperados

	R\$ mil	
	06.2021	06.2020
Renegociados	51.619	161.092
Lançados a prejuízo	36.915	109.497
Recuperados	20.773	40.571

NOTA 8 - OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	R\$ mil	
	06.2021	12.2020
Rendas a receber (8.1)	841	889
Créditos tributários (8.2)	1.946	-
Devedores por depósitos em garantia	5.618	2.583
Impostos e contribuições a compensar (8.3)	468	1.536
Adiantamentos salariais / outros (8.4)	685	322
Devedores diversos (8.5)	378	182
Total	9.936	5.512
Circulante	2.772	5.512
Não Circulante	7.164	-

- 8.1. Juros e encargos de mora devidos pelo FUNDAP conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/1970 R\$ 10 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2020); Rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF – Equalização de juros R\$ 828 (R\$ 866 em 31 de dezembro de 2020); Rendas a receber Del Credere BNB R\$ 3 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2020);
- 8.2. Crédito tributário de IRPJ e CSLL constituído s/ variações no valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda R\$ 1.946 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020);
- 8.3. Impostos a compensar: CSLL R\$ 0 (R\$ 1.084 em 31 de dezembro de 2020); Contribuição previdenciária R\$ 466 (R\$ 354 em 31 de dezembro de 2020), quitada a maior em períodos anteriores, cujo reconhecimento contábil efetuado no exercício de 2020, do crédito relativo à contribuição previdenciária, foi motivado pela expedição pelo TRF da 2ª Região de decisão judicial favorável ao banco, transitada em julgado, configurando direito líquido e certo à compensação; IOF a compensar R\$ 2 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020);
- 8.4. Adiantamento de 13º R\$ 494 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020); Adiantamento de participação nos lucros R\$ 0 (R\$ 261 em 31 de dezembro de 2020); Adiantamentos para pagamento nossa conta R\$ 191 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2020);
- 8.5. Taxa de administração a receber: PSA Fundágua R\$ 180 (R\$ 132 em 31 de dezembro de 2020); FGP-ES R\$ 132 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020); Fundo de Aval BANDES R\$ 50 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2020); FUNCITEC R\$ 16 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

	R\$ mil	
	06.2021	12.2020
Outros valores e bens (9.1)	25.299	24.474
Despesas antecipadas (9.2)	975	1.842
Pagamentos a ressarcir (9.3)	154	106
Total	26.428	26.422
Circulante	13.766	26.370
Não Circulante	12.662	52

9.1. Outros valores e bens (Ativos não financeiros mantidos para venda)

São compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes, R\$ 25.299 (R\$ 24.474 em 31 de dezembro de 2020).

	R\$ mil	
	06.2021	12.2020
Imóveis não de Uso Próprio	33.451	33.744
Máquinas e equipamentos	-	4
Ativos não financeiros mantidos para venda	33.451	33.748
<i>Provisão para desvalorização</i>	<i>(8.152)</i>	<i>(9.274)</i>
Total	25.299	24.474
Circulante	12.649	24.474
Não Circulante	12.650	-

9.2. Despesas antecipadas

Perfazem R\$ 975 (R\$ 1.842 em 31 de dezembro de 2020), nos totais estão compreendidos R\$ 197 (R\$ 436 em 31 de dezembro de 2020) referentes dispêndios com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, licenças de *softwares*, entre outros; e R\$ 778 (R\$ 1.406 em 31 de dezembro de 2020) relativos a créditos provenientes de resgates de contribuições patronais ao plano de previdência privada, originados em valores paritários às parcelas resgatadas pelo(s) empregado(s), que por conseguinte serão reaplicados no pagamento contribuições futuras.

9.3. Pagamentos a ressarcir

No período, o título Pagamentos a Ressarcir R\$ 154 (R\$ 106 em 31 de dezembro de 2020), registra, basicamente, créditos por pagamentos não processados até o encerramento do semestre, em virtude de eventuais inconsistências em dados de transações bancária.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	R\$ mil	
	06.2021	12.2020
Investimento por incentivos fiscais (10.1)	69	69
Títulos patrimoniais	1	1
Bens artísticos	5	5
<i>Provisão para Perdas</i>	<i>(37)</i>	<i>(37)</i>
Total	38	38

- 10.1 Composição: R\$ 38 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2020) Certificados de Investimento – FINOR, R\$ 30 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2020) Certificados de Investimento – AUDIOVISUAL.

NOTA 11 - IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil			
	Custo	Depreciação	Líquido	
			06.2021	12.2020
Terrenos	185	-	185	185
Edificações	3.811	(3.648)	163	200
Móveis e máquinas	2.728	(2.510)	218	243
Aparelhagens e sistema de comunicação	429	(327)	102	108
Equipamentos de informática	7.253	(6.385)	868	374
Sistema de segurança	191	(185)	6	8
Total	14.597	(13.054)	1.543	1.118

NOTA 12 - INTANGÍVEL

	R\$ mil			
	Custo	Amortização	Líquido	
			12.2020	12.2020
Aquisição de <i>Software</i>	5.687	(4.571)	1.116	1.242
Modernização SISBANDES	46.302	(39.133)	7.169	6.806
BI – Consultas	46	(46)	-	-
Sistema de Ponto Eletrônico	11	(11)	-	-
Sistema de Crédito Eletrônico	497	(497)	-	-
Site BANDES	1.699	(778)	921	816
Aplicativo para Celulares	49	(12)	37	33
Total	54.291	(45.048)	9.243	8.897

NOTA 13 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

	R\$ mil	
	06.2021	12.2020
(-) Depreciação Acumulada do Ativo Imobilizado	(13.054)	(12.918)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(45.048)	(44.601)
Total	(58.102)	(57.519)

NOTA 14 - DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

As "Obrigações por empréstimos e repasses" correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

Posições	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
			Circulante	Não Circulante	
BNDES	43.556	86.775	130.331	186.269	316.600
Outras Inst. Oficiais	8.429	23.344	32.773	94.018	126.791
06.2021	51.985	110.119	163.104	280.287	443.391
12.2020	75.685	100.092	175.777	335.235	511.012

NOTA 15 - OUTROS CLIENTES

Compõem-se de "Depósitos à Vista" e "Depósitos a Prazo", com prazo de vencimento de até 30 dias, originados, principalmente, de cauções de operações efetuadas com recursos FUNDAP.

Depósitos	06.2021	12.2020
À vista	9.164	10.739
A prazo	112.329	101.131
Governo do Estado	82.384	81.357
Clientes FUNDAP	29.945	19.774
Total	121.493	111.870
Circulante	39.108	111.870
Não Circulante	82.385	-

NOTA 16 - OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS

	06.2021	12.2020
Fundos financeiros e de desenvolvimento (16.1)	257.462	142.852
Dotação para aumento de capital (16.2)	3	3
Total	257.465	142.855
Circulante	66.163	36.151
Não Circulante	191.302	106.704

16.1. Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES apresentam registrados em contas patrimoniais R\$ 257.462 (R\$ 142.852 em 31 de dezembro de 2020).

	06.2021	12.2020
FUNDAP	1.014	1.014
FUNDES	22.644	20.595
FUNCITEC	62.570	34.500
FUNDÁGUA	84	73
FUNDEPAR-ES	18.184	16.621
FUNSAF	1.500	1.500
PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/2016	5.295	6.348
FUNDESUL	-	-
FUNDO RENOVA	9.242	8.803
FUNDESUL - PK	46.479	46.502
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	7.365	6.896
FPE	83.086	-
Total	257.462	142.852
Circulante	66.160	36.148
Não Circulante	191.302	106.704

16.2. Dotação para aumento de capital

Importâncias entregues ou creditadas à instituição pelos acionistas destinadas a futuras incorporações ao capital social R\$ 3 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 17 - PROVISÕES

Contingências	06.2021	12.2020
Ações administrativas e judiciais (17.1)	19.767	17.024
Provisão para multas por inadimplência técnica (17.2)	8.833	6.108
Total	28.600	23.132
Circulante	18.717	23.132
Não Circulante	9.883	-

17.1. Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

As demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais são decorrentes do curso normal das operações e envolvem aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

- Risco Provável – são constituídas provisões no valor atualizado da causa.

Ações com Risco Provável	06.2021	12.2020
Cíveis	12.383	11.573
Trabalhistas	7.384	5.451
Total	19.767	17.024
Circulante	9.884	17.024
Não Circulante	9.883	-

- Risco Possível e Remoto – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

Ações com Risco Possível e Remoto	06.2021	12.2020
Cíveis	26.570	27.336
Trabalhistas	1.747	370
Total	28.317	27.706

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 01/07/2020	9.995	3.860	13.855
Atualização Monetária / Constituições	1.578	1.591	3.169
Saldo em 31/12/2020	11.573	5.451	17.024
Saldo em 01/01/2021	11.573	5.451	17.024
Atualização Monetária / Constituições	1.247	1.933	3.180
Reversões / Pagamentos	(437)	-	(437)
Saldo em 30/06/2021	12.383	7.384	19.767
Circulante	6.192	3.692	9.884
Não Circulante	6.191	3.692	9.883

17.2. Provisão para multas por inadimplência técnica

Provisão constituída devido à decretação de inadimplência técnica a clientes com operações de crédito em situação irregular quanto à aplicação de recursos contratados. Concomitantemente à devolução dos recursos aos órgãos repassadores, serão adotadas as providências cabíveis para o ressarcimento da instituição R\$ 8.834 (R\$ 6.108 em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 18 - OUTROS PASSIVOS

	06.2021	12.2020
Fiscais e previdenciárias (18.1)	1.708	2.601
Provisão para pagamentos a efetuar	4.843	9.352
Credores diversos (18.2)	20.328	21.844
Sociais e estatutárias	564	689
Total	27.443	34.486
Circulante	18.534	18.739
Não Circulante	8.909	15.747

18.1. Fiscais e previdenciárias

	R\$ mil	
	06.2021	12.2020
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar (a)	414	541
Impostos e contribuições s/ salários	786	1.176
Parcelamento de impostos (b)	395	632
Impostos e contribuições a recolher (c)	66	252
Passivo fiscal diferido (d)	47	-
Total	1.708	2.601
Circulante	1.661	2.444
Não Circulante	47	157

a) PIS, COFINS e ISS mensal a recolher em julho/2021;
 b) Parcelamento de ISSQN sobre rendas com taxas de administração de fundos de desenvolvimento e com avais e garantias prestadas no período de 01/01/2009 a 31/12/2014;
 c) Impostos retidos na fonte de terceiros em junho/2021;
 d) IR R\$ 26 e CSLL R\$ 21 proveniente do ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários líquido dos efeitos tributários conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

a.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

	R\$ mil	
	06.2021	12.2020
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	14.724	28.292
Juros sobre capital próprio	-	-
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisões para contingências	5.166	5.575
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.058	6.964
Perdas efetivas de créditos	(37.166)	(45.532)
Outros	-	(3.585)
Despesas não dedutíveis	49	(187)
Base de Cálculo	(4.169)	(8.473)
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-

*Alíquotas vigentes: imposto de renda 15% mais adicional de 10%; e contribuição social 20%.

a.2) Créditos tributários não reconhecidos

A administração optou por não reconhecer contabilmente ativo fiscal diferido de diferenças temporárias e prejuízo fiscal/base negativa no semestre em razão da situação de prejuízo fiscal verificada no período e também da incerteza da previsão de realização no prazo requerido pela norma.

	R\$ mil	
	06.2021	12.2020
Prejuízo fiscal/ Base negativa	30.176	30.176
Diferenças temporárias	243.369	264.353
IR	68.386	73.632
CSLL	54.709	58.906
Total do ativo fiscal diferido não ativado	123.095	132.538

*Alíquotas vigentes: imposto de renda 15% mais adicional de 10%; e contribuição social 20%.

18.2. Credores diversos

Credores Diversos R\$ 20.328 (R\$ 21.844 em 31 de dezembro de 2020) com destaque para: R\$ 1.517 (R\$ 1.274 em 31 de dezembro de 2020) referentes deduções das liberações FUNDAP para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22 de novembro de 2012, e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012 e R\$ 16.300 (R\$ 19.377 em 31 de dezembro de 2020) referentes ordens de liberações FUNGETUR.

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
19.1. Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 750 milhões para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 439.371 (R\$ 439.371 em 31 de dezembro de 2020), e está representado em quantidade de ações, conforme composição:

	06.2021	12.2020
Ações Ordinárias	19.883.589.975	19.883.589.975
- Estado do Espírito Santo	19.644.952.823	19.644.952.823
- Acionistas Minoritários	238.637.152	238.637.152
Ações Preferenciais	9.836.733.806	9.836.733.806
Classe "A"	3.113.456.237	3.113.456.237
- Estado do Espírito Santo	2.454.690.627	2.454.690.627
- Demais Acionistas	658.765.610	658.765.610
Classe "B"	6.723.277.569	6.723.277.569
- Estado do Espírito Santo	3.147.336.103	3.147.336.103
- Demais Acionistas	3.575.941.466	3.575.941.466
Total de ações emitidas	29.720.323.781	29.720.323.781
Em tesouraria (ordinárias)	(172.039.828)	(172.039.828)
Em tesouraria (preferenciais - classe "A")	(629.496.910)	(629.496.910)
Total de ações em circulação	28.918.787.043	28.918.787.043

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe "A" direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias. O valor patrimonial das ações em 30 de junho de 2021 é de R\$ 0,0009323.

19.2. Reservas de capital

O banco não possui saldo em reservas de capital ao término dos períodos 31/12/2020 e 30/06/2021.

19.3. Reserva legal

É constituída obrigatoriamente, conforme Inciso I, artigo 67, do Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos. O banco não possui saldo em reserva legal ao término dos períodos 31/12/2020 e 30/06/2021.

19.4. Reserva estatutária / Reserva para margem operacional

De acordo com o inciso III, do artigo 67, do Estatuto Social, a "Reserva para margem operacional" tem por objetivos assegurar adequadas condições operacionais e reforçar o capital social e de giro do BANDES. É constituída a base do lucro líquido remanescente e está limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social. O banco não possui saldo em reserva estatutária / reserva para margem operacional ao término dos períodos 31/12/2020 e 30/06/2021.

19.5. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial -R\$ 2.322 (-R\$ 119 em 31 de dezembro de 2020) têm origem na avaliação no período dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Disponíveis para Venda", conforme nota 6.a e conciliação demonstrada na nota 6.e.

19.6. Lucros ou prejuízos acumulados

No semestre, remanescem em prejuízos acumulados R\$ 140.697 (R\$ 155.547 em 31 de dezembro de 2020). O saldo é resultante da adição do resultado do período R\$ 14.724, mais dividendos / JCP prescritos R\$ 126 ao saldo de prejuízos acumulados de 31 de dezembro de 2020;

19.7. Ações em tesouraria

O montante de R\$ 14.077, sob a rubrica Ações em Tesouraria é proveniente de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o ex-acionista Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, corresponde a 801.536.738 ações nominativas, compostas de 172.039.828 (ordinárias) e 629.496.910 (preferenciais).

NOTA 20 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
a) Plano de previdência complementar

Tem por objetivo proporcionar aos empregados e administradores, renda complementar à aposentadoria assegurada pela previdência social. O plano possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no fundo de renda fixa, Bradesco Renda Fixa F10. No exercício, foram apropriadas em despesas com plano de previdência R\$ 712 (R\$ 1 em 30 de junho de 2020).

b) Programa de desligamento voluntário especial (PDVE)

O Plano realizado ao término do 2º semestre de 2020 previa os seguintes benefícios: indenização adicional equivalente a cinco remunerações, plano de saúde e odontológico por 36 meses, cesta-alimentação e auxílio-refeição por 12 meses, manutenção do custeio de cursos de pós-graduação para colaboradores matriculados na data de divulgação do plano de desligamento, custeio de cursos de requalificação profissional, pagamento da multa de 40% sobre correção de planos econômicos (FGTS). O plano encerrou com 12 adesões, ao custo total de R\$ 3.850. Os desligamentos ocorreram em 30/12/2020. Todos os custos com desligamentos foram reconhecidos

no exercício social de 2020. Ao término do semestre, a rubrica contábil de passivo, provisões para indenizações trabalhistas diversas, apresenta saldo de R\$ 690 (R\$ 992 em 31 de dezembro de 2020).

NOTA 21 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A política de Partes Relacionadas do banco inclui além do Estado do Espírito Santo, as pessoas físicas e/ou jurídicas que: sejam controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas do BANDES, nos termos postos pela legislação aplicável; sejam controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado do Espírito Santo; em que o Estado do Espírito Santo possua influência significativa ou representante na administração; seja administrador do BANDES.

Atualmente, compõem o conjunto de Partes Relacionadas, juntamente, com o pessoal chave da administração, as seguintes entidades:

- Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias – FUNDAP.
- Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES/ES.
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais – FUNDÁGUA.
- Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES.
- Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo – FUNSAF.
- Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA FUNDÁGUA – LEI 10.583/2016.
- Fundo Reconstrução ES.
- Fundo de Proteção ao Emprego.
- Fundo Garantidor de Parcerias Público – Privadas – FGP – ES.
- Fundo de Aval BANDES.
- BANESTES S/A – Banco do Estado do Espírito Santo.
- Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo – PRODEST.

As transações com Partes Relacionadas primam pelo estrito acordo com as normas aplicáveis ao fluxo de operações do BANDES; são celebradas por escrito com as especificações de suas principais características e condições; observam as mesmas normas e limites aplicáveis a operações similares, e são balizadas por parâmetros e condições usualmente praticadas e/ou normas legais aplicáveis.

Nas notas que seguem são divulgadas as transações realizadas e/ou existentes no período, o tipo de relação, saldos e outros detalhes que permitirão aferir a comutatividade das operações.

NOTA 21.a - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

O montante do patrimônio líquido dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados, que integram o conjunto de Partes Relacionadas, controlado em contas de compensação, está representando no quadro abaixo:

Fundos	Patrimônio Líquido	
	06.2021	12.2020
FUNDES	188.110	190.985
FUNDAP	53.306	51.777
FUNDEPAR-ES	147.514	147.930
FGP-ES	20.204	20.026
FUNSAF	1.514	1.500
FUNDO DE AVAL BANDES	19.642	-
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO	100.321	-
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES	15.440	15.297
Total	546.050	427.515

NOTA 21.b - OPERAÇÕES DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Conforme estabelecido nas normas instituidoras e regulamentares dos Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, seguem abaixo, as receitas auferidas relacionadas à prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento, integrantes do conjunto de Partes Relacionadas, e as despesas incorridas com a remuneração dos recursos não alocados, que constituem as disponibilidades dos Fundos.

Fundos	Rendas de Administração	
	06.2021	06.2020
FUNDES (1)	1.999	2.041
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	460	226
FUNDEPAR-ES (3)	1.551	1.559
FUNCITEC (4)	171	-
PSA FUNDÁGUA (5)	479	543
FUNSAF (6)	-	18
FUNDO DE PROTEÇÃO EMPREGO – FPE (7)	250	-
FUNDO DE AVAL BANDES (8)	296	50
FGP – ES (9)	132	-
Total	5.338	4.437

Rendas de Administração

- (1) 2,1% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.
- (2) 0,5% calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.
- (3) 2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.
- (4) 0,5% sobre liberações de recursos financeiros efetuadas, a partir de 20/01/2021.
- (5) 10% sobre as liberações efetuadas.
- (6) 1% sobre as liberações efetuadas.
- (7) 0,25% ao mês, apurada sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior.
- (8) 0,25% ao mês sobre totalidade dos ativos.
- (9) Diferença entre a remuneração efetiva e a taxa Selic sobre o total de recursos aplicados.

R\$ mil

Fundos	Despesas sobre Disponibilidades de Recursos	
	06.2021	06.2020
FUNDES (1)	(194)	(1.102)
FUNDO RECONSTRUÇÃO-ES (2)	(59)	(100)
FUNDEPAR-ES (3)	(136)	(316)
FUNCITEC (4)	(904)	(1.043)
PSA FUNDÁGUA (5)	(54)	(67)
FUNSAF (6)	(12)	(6)
FUNDO DE PROT. EMPREGO – FPE (7)	(284)	-
FUNDAGUA (8)	(1)	(1)
Total	(1.644)	(2.635)

Despesas Sobre Disponibilidades de Recursos

- (1) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- (2) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- (3) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- (4) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
- (5) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- (6) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- (7) Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
- (8) 100% do rendimento diário do CDI.

NOTA 21.c – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Anualmente, por determinação do Estatuto Social, é fixada na Assembleia Geral Ordinária a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. Despesa semestral incorrida:

	06.2021	06.2020
Conselho de Administração	(298)	(337)
Diretoria Executiva (1)	(645)	(761)
Conselho Fiscal	(71)	(71)
Comitê de Auditoria	(71)	(71)
Total	(1.085)	(1.240)

- (1) Diretoria Executiva inclui: honorários, descanso remunerado e gratificação natalina. Os demais itens registram somente honorários.

NOTA 21.d – OUTRAS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
BANESTES S/A – Banco do Estado do Espírito Santo

Transações efetuadas pelas taxas praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	06.2021	12.2020	06.2021	06.2020
Saldos de depósitos a vista	(853)	(1.342)		
Saldos de aplics. dep. interfinanceiros	500	515		
Rendas de depósitos interfinanceiros			6	10
Despesas com cadastro e cobrança			(155)	(164)
Despesas com tarifas bancárias			(15)	(7)

Estado do Espírito Santo

Em abril de 2020, o Governo do Estado efetuou aplicação de recursos no total de R\$ 80 milhões em certificado de depósito bancário – CDB, emitido pelo BANDES. Ao final do semestre a aplicação apresenta saldo de R\$ 82.384 (R\$ 81.357 em 31 de dezembro de 2020).

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo – PRODEST

No semestre foi firmado, com o Instituto de Tecnologia, contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no valor total estimado de R\$ 9.589, e prazo de vigência de 60 meses, para fornecimento de serviços integrados de datacenter com virtualização de servidores, infraestrutura de banco e armazenamento de dados, monitoramento, *backup* e serviços de telecomunicações para acesso à internet, e interconexões de rede.

Operações garantidas/contratadas por pessoal chave da administração

Parte Relacionada		Operação de Crédito	Saldo Devedor em 30/06/2021
Área de Atuação	Envolvimento na Transação		
Diretoria Executiva	Avalista	Financiamento	4
Comitê de Auditoria	Sócio/Avalista	Financiamento	125

R\$ mil

NOTA 22 - DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS

A Declaração de Apetite por Riscos (*Risk Appetite Statement* – RAS) consiste em uma definição formal do conjunto de limites e restrições sobre métricas quantitativas e qualitativas de risco, que expressam o apetite por risco da Instituição. A RAS descreve os níveis de apetite a que o BANDES está disposto a assumir, para os principais tipos de riscos aos quais está exposto, bem como a capacidade da instituição em gerenciá-los de forma efetiva e prudente, discorrendo sobre a estrutura de abordagem para a gestão dos mesmos, em consonância com os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que o BANDES atua.

NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* – GERC e Auditoria Interna – AUDIT.

As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* – GERC, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a autoavaliação dos riscos e controles internos.

NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O fator de risco de mercado preponderante no BANDES é a taxa de juros em reais – definido como perdas potenciais devido às mudanças inesperadas nas taxas de juros, haja vista que a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que a composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do BANDES será mista, havendo “Títulos Mantidos até o Vencimento” e “Títulos disponíveis para a venda”.

A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* – GERC e Auditoria Interna – AUDIT. O gerenciamento do risco de mercado no BANDES possui como ferramenta principal o cálculo e monitoramento diário do VaR (*Value at Risk*) das exposições, comparando-o com o limite de perda definido pela Diretoria Executiva. São realizados também testes de estresse trimestrais, a fim de estimar possíveis perdas da instituição em condições extremas de mercado.

NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* – GERC, Comitê de Crédito – COCRE, Auditoria Interna – AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

O monitoramento é realizado pela Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, utilizando-se de diversas ferramentas, tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e; 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, pela Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* – GERC, Gerência Financeira – GEFIN e Auditoria Interna – AUDIT.

A Gerência de Riscos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES.

NOTA 27 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital, está sujeito à regulamentação do BACEN, e é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração – CONAD, Diretoria Executiva – DIREX, Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* – GERC, Gerência de Controladoria – GECON e Gerência de Planejamento e Processos – GEPLA.

A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender os requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

Fator de Risco	Março/21			Junho/21		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
	Carteira Normal	1º percentil	99º percentil	Carteira Normal	1º percentil	99º percentil
Total da Carteira	345.036	347.086	342.940	348.053	350.321	345.748
Juros-Pré	65.239	65.592	64.883	37.188	37.414	36.960
SELIC	268.374	269.996	266.713	300.921	302.888	298.920
Agregado das posições inferiores a 5%	11.423	11.499	11.345	9.945	10.020	9.868

NOTA 28 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO AMBIENTAL

Com o objetivo de minimizar os riscos relativos à responsabilidade socioambiental, o BANDES adota como regra somente realizar negócios com organizações e pessoas que estejam regulares quanto aos aspectos ambientais. O controle do risco socioambiental se dá por ações preventivas na análise das solicitações de financiamento, através da verificação da situação de regularidade ambiental do cliente/projeto, bem como pelo estabelecimento de cláusulas contratuais de cunho socioambiental, que visam resguardar o Banco quanto a eventuais infrações cometidas pelos tomadores de recursos ou seus prepostos ou, ainda, pelos prestadores de serviços terceirizados do BANDES. O processo de análise contempla também critérios de exclusão, que definem situações as quais, caso identificadas, impedem o BANDES de iniciar ou manter relação comercial com o cliente, e diretrizes para o acompanhamento da regularidade ambiental de projetos considerados como sendo de risco socioambiental mais relevante.

Adotamos estrutura de governança da responsabilidade socioambiental e gestão de riscos socioambientais compatíveis com o nosso porte, a natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para assegurar o cumprimento das diretrizes e dos objetivos da PRSA. Essa estrutura é composta pelo Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX), Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* (GERCI) e Auditoria Interna (AUDIT).

NOTA 29 - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE (EFEITO NA VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e Circular BACEN nº 3.959/2019, o BANDES realiza regularmente teste de sensibilidade somente na carteira *banking*, uma vez que não possui carteira *trading*. Abaixo, estão demonstrados os fatores de riscos e possíveis variações, que poderão ocorrer no valor de mercado da carteira de crédito e em quanto seria necessário para afetar o patrimônio de referência – PR.

R\$ mil

Fator de Risco Associado	Capital Alocável por fator de risco	Variação no Valor de Mercado das operações		Quantidade de Pontos-percentuais paralelos para impactar o PR		
		1º Percentil	99º Percentil	5%	10%	20%
RBAN	26.239	-	-	-	-	-
Juros-Pré	3.740	226	(227)	35	220	-
SELIC	21.598	1.966	(2.001)	3	6	12
Agregado das posições inferiores a 5%	931	75	(76)	-	-	-

NOTA 30 - OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados são suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros.

b) Receitas de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de taxas de administração de fundos, análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

R\$ mil

	06.2021	06.2020
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	639	798
FUNDAP	13	54
FUNDEPAR	1.882	1.739
FUNDES	2.290	2.042
FUNDESUL	-	81
FUNDESUL-PK	425	417
FUNSAF	-	18
FUNDO RECONSTRUÇÃO - ES	460	226
FUNCITEC	171	-
PSA FUNDÁGUA	479	543
FUNDO DE AVAL BANDES	296	50
FUNDO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO - FPE	250	-
FGP - ES	132	-
OUTRAS	39	49
Total	7.076	6.017

c) Despesas de pessoal

	R\$ mil	
	06.2021	06.2020
Honorários	(1.085)	(1.240)
Benefícios (i)	(3.445)	(3.592)
Encargos sociais	(4.009)	(3.472)
Proventos	(8.610)	(8.875)
Treinamento	(39)	(15)
Bolsa auxílio estágio	(520)	(553)
Total	(17.708)	(17.747)

(i) Incluem plano de previdência complementar do tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL) com custeio paritário entre participante e patrocinador.

d) Outras despesas administrativas

	R\$ mil	
	06.2021	06.2020
Água, energia e gás	(385)	(335)
Aluguéis	(20)	(16)
Comunicações	(58)	(57)
Manutenção e conservação de bens	(394)	(499)
Material	(5)	(15)
Processamento de dados	(553)	(460)
Promoções/relações públicas	(19)	(24)
Propaganda e publicidade	(339)	(3)
Publicações legais	(68)	(67)
Seguros	(4)	(4)
Serviços de vigilância	(177)	(168)
Serviços do sistema financeiro	(302)	(295)
Serviços de terceiros	(153)	(107)
Serviços técnicos especializados	(1.155)	(810)
Transportes	(80)	(65)
Viagem no país/externo	(21)	(64)
Despesas com processos judiciais	(419)	(376)
Outras despesas (condomínio, assinaturas, etc.)	(141)	(181)
Amortização e depreciação	(582)	(665)
Total	(4.875)	(4.212)

e) Despesas tributárias

	R\$ mil	
	06.2021	06.2020
PIS	(252)	(239)
COFINS	(1.552)	(1.473)
ISSQN	(441)	(365)
IPTU, Taxas	(28)	(43)
Total	(2.273)	(2.120)

f) Outras receitas operacionais

	R\$ mil	
	06.2021	06.2020
Recuperações de encargos e despesas	843	1.088
Reversão de provisões judiciais, prev. privada e PDV	739	645
Atualização monetária equalização juros BNDES/Pronaf	-	-
Atualização SELIC s/ tributos a compensar	116	62
Atualização depósitos judiciais	122	33
Outras rendas operacionais	694	590
Total	2.513	2.418

g) Outras despesas operacionais

	R\$ mil	
	06.2021	06.2020
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas	(3.180)	(1.072)
Provisão para indenizações trabalhistas PDI/PDVE	-	(1)
Provisão para multas por inadimplência técnica	(2.725)	-
Outras despesas operacionais	(18)	(102)
Despesas com utilização SISBACEN	(9)	(8)
Total	(5.932)	(1.183)

h) Resultado não operacional

	R\$ mil	
	06.2021	06.2020
Resultado na alienação de valores e bens	(54)	(490)
Reversão de provisões de outros valores e bens	1.131	698
Outras rendas não operacionais	163	194
Desvalorização de outros valores e bens	(27)	(368)
Perdas em ações e cotas	-	(78)
Despesas com bens não de uso	(52)	(117)
Total	1.161	(161)

i) Limites operacionais (Acordo da Basileia)

Observando-se os requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/2013, em 30 de junho de 2021, foram apurados os seguintes valores:

Indicador	Percentual apurado	Mínimo requerido
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia)	21,40%	8,00%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA	21,40%	6,00%
Capital Principal comparado com o RWA	21,40%	4,50%

*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

j) Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

k) Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011.

l) Efeitos COVID-19

A Administração atenta a possíveis impactos nas demonstrações contábeis do 1º semestre de 2021 e futuros, provocados especificamente pelo "COVID-19", segue agindo pro-ativamente no controle de variações potenciais nos resultados de suas operações, buscando mitigá-las. Desde o início da pandemia no Brasil, somadas às ações governamentais, foram estruturadas ações para acompanhamento da propagação da doença e de suas consequências. Nesse contexto, em paralelo às atividades operacionais, os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades têm sido aplicados com excepcional zelo, com destaque para ações de distanciamento social, aferição de temperatura corporal, higienização frequente de estações de trabalho e equipamentos, e aumento da divulgação de medidas de prevenção e utilização de meios remotos de atendimento.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, dotados de enorme grau de imprevisibilidade quanto à sua severidade e prolongamento no tempo; por isso, de mensuração extremamente difícil, continuam e continuarão a ser ativamente monitorados.

m) Resultados Recorrentes / Não Recorrentes

	R\$ mil	
	06.2021	06.2020
Lucro Líquido Recorrente	14.093	11.198
Eventos Não Recorrentes		
Receitas	692	585
Rateio da Massa Falida do Banco Santos S.A.	658	585
Ressarcimento por falha em web service de instituição financeira responsável pelos serviços de cobrança bancária.	34	-
Despesas	(61)	-
Contratação de consultoria sobre obrigações tributárias e acessórias dos fundos administrados.	(36)	-
Contratação de consultoria para adequação à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.	(25)	-
Lucro Líquido Contábil	14.724	11.783

n) Pronunciamentos Técnicos do CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

CPC	Assunto	Resolução CMN nº
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/2008
02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	4.524/2016
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/2008
04 (R1)	Ativo Intangível	4.534/2016
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro	4.007/2011
24	Evento Subsequente	3.973/2011
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/2009
27	Ativo Imobilizado	4.535/2016
33 (R1)	Benefícios a Empregados	4.424/2015
41	Resultado por ação	3.959/2019
46	Mensuração do Valor Justo	4.748/2019

A Administração esclarece que a Instituição não está sujeita a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), por não se enquadrar nas disposições do artigo 10 da Resolução CMN nº 3.198/2004. O CMN não estimou quando irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem se quando recepcionados terão efeitos retroativos, dessa forma não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do BANDES.

DIRETORIA EXECUTIVA

MUNIR ABUD DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

SÁVIO BERTOCHI CAÇADOR
Diretor de Administração e Finanças

CLAUDIO ROBERTO SAADE
Diretor Operacional

MARCOS KNEIP NAVARRO
Diretor de Negócios

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bruno Pires Dias – Presidente
 Munir Abud de Oliveira – Vice-Presidente
 Claudécio Pereira Neto
 Geraldo Lorencini

Sandra Regina Pimenta
 Leonardo Galazzi Zanotelli
 Alexandre Pedercini Issa

COMITÊ DE AUDITORIA

Rodolfo Amorim de Angelo
 Flávia Fardim Antunes Brighenti
 Kayo Alves Ribeiro

CONSELHO FISCAL

José Alexandre Rezende Bellote
 Alberto Farias Gavini Neto
 Mário Stella Cassa Louzada
 Eduardo José de Souza

CONTADOR

VALDIR DOS SANTOS
 Contador CRC/ES
 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES
Vitória – ES

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S/A - BANDES ("Banco") em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil (BACEN).

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Para cada assunto abaixo, há descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo

aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis do Banco.

3.1) Governança de Tecnologia da Informação

Considerando a natureza e complexidade de suas operações, o Banco depende do funcionamento perfeito da inteligência artificial de sua estrutura sistêmica e da governança da tecnologia da Informação. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a processos e controles que suportam o processamento do sistema de tecnologia existente, podem, eventualmente, ocasionar processamento impreciso ou incorreto de informações de natureza crítica, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Diante do exposto, consideramos a governança do ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Como parte dos procedimentos específicos destinados à auditoria de sistemas informatizados, processamento e consolidação de dados que integram a área de governança de tecnologia da informação, conduzimos através de nossos auditores de sistemas computacionais, uma avaliação de forma remota, através da triangulação de dados dos produtos/relatórios gerados de modo que a partir do nosso exame, foram avaliados os sistemas utilizados pelo Banco em sua integração com o sistema contábil. Como consequência de tal procedimento, constatamos um relativo risco associado ao retrabalho mediante planilhas eletrônicas que fragmentam e fragilizam a eficácia dos controles internos planejados para a operacionalização de seus objetivos sociais.

Para suprir aludido risco, efetuamos testes dos controles gerais e, quando aplicável, testes nos controles compensatórios de tecnologia da informação para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, principalmente, aos processos de gestão dos contratos de Operações de Crédito. Também testamos a eficácia dos controles automatizados considerados relevantes, os quais suportam os processos significativos de negócios e os respectivos registros contábeis das operações.

Como consequência, alteramos nosso planejamento de auditoria, modificando a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos sobre os saldos contábeis, de modo a obtermos, por esses meios, evidências de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos sobre as demonstrações contábeis. Por conseguinte, considerando as oportunidades de melhorias para o ambiente de tecnologia, governança sobre acessos a sistemas e gestão de mudanças, consideramos os controles aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

3.2) Provisão para perdas sobre as operações de crédito (Nota Explicativa nº 07)

A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Aludido julgamento é significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 07, em 30 de junho de 2021, o saldo bruto da carteira expandida sujeita ao risco

de crédito é de R\$ 701.601 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas de créditos esperadas de R\$ 122.143 mil. Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Por amostragem, verificamos o desenho e o funcionamento dos controles internos relevantes relacionados: (i) ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito; (ii) análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas; (iii) a avaliação, com o apoio de especialistas, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela administração para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito; (iv) a verificação da base documental adotada pela administração para o processo de determinação da provisão para perda esperada; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas nº 07 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

4) Outros Assuntos

4.1) Relatório da Administração

A administração do Banco é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 11 de março de 2021, sem modificação de opinião. Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 14 de setembro de 2020, sem modificação de opinião.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser

que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BANDES.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BANDES a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança do Banco a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória/ES, 19 de agosto de 2021

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029– CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S” ES
Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S” ES
CNAI 4747

Thomas de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” ES
CNAI 4850